

**Investidores Institucionais Fundo  
de Investimento em  
Participações Multiestratégia  
CNPJ nº 01.909.558/0001-57  
(Administrado pela BNY Mellon  
Serviços Financeiros Distribuidora  
de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)**

Demonstrações Financeiras Referentes ao  
Exercício Findo em 31 de março de 2023  
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e à Administradora do  
Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia  
(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros  
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras do Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo”), administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Administradora”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações regulamentados pelas Instruções nº 578/16 e 579/16 da Comissão de Valores Mobiliários.

### **Base para opinião com ressalva**

O Fundo contabilizou, no resultado do exercício findo em 31 de março de 2023, uma receita referente ao reembolso da despesa com a taxa CETIP no montante de R\$312 mil, correspondentes a 6,78% do seu patrimônio líquido nessa data. Conforme detalhado na nota explicativa nº 3, item f às demonstrações financeiras, a Administradora identificou uma inconsistência no cálculo da despesa com a taxa CETIP paga pelo Fundo no período de 31 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2022. Como resultado desta inconsistência houve uma devolução ao Fundo do montante acima citado. Os efeitos desta retificação, foram contabilizados, integralmente, no exercício findo em 31 de março de 2023, em desacordo com o Pronunciamento Técnico nº 23, do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que determina que mudanças e retificação de erro devem ser contabilizadas de forma retrospectiva, quando aplicável. Consequentemente, o resultado do exercício findo em 31 de março de 2023 está superavaliado em R\$312 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

### *Existência e valorização dos fundos de investimento*

Conforme divulgado na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras o Fundo possuía, em 31 de março de 2023, R\$4.143 mil, equivalentes a 89,98% de seu patrimônio líquido, investidos em cotas de fundos de investimento regulamentados por meio da Instrução nº 555/14, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“ICVM 555/14”) (“fundos investidos”), que são custodiadas pelas suas respectivas administradoras e cujo valor justo é mensurado, pela Administradora, com base nos valores das cotas dos referidos fundos investidos, divulgados pelas suas administradoras.

Em função da representatividade dos saldos destes ativos financeiros em relação ao patrimônio líquido do Fundo, consideramos a sua existência e valorização como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria aplicáveis aos fundos investidos incluíram, entre outros: (i) a leitura das demonstrações financeiras auditadas mais recentes dos fundos investidos, com o objetivo de avaliar eventuais impactos contábeis e de divulgação nas demonstrações financeiras do Fundo; (ii) o teste de existência realizado por meio do confronto das posições em aberto na carteira do Fundo, em 31 de março de 2023, com os correspondentes extratos emitidos pelas administradoras dos fundos investidos; (iii) o teste de valorização das cotas dos fundos investidos em aberto na carteira do Fundo, em 31 de março de 2023, por meio do recálculo do valor justo com base nos valores das cotas divulgados pelas administradoras dos fundos investidos; e (iv) a análise da composição da carteira dos fundos investidos, a fim de avaliar o perfil de risco dos ativos detidos pelos referidos fundos investidos.

Com base nos procedimentos de auditoria supracitados e nos resultados obtidos, consideramos a existência e valorização dos referidos fundos de investimento aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras do Fundo tomadas em conjunto.

### *Avaliação do valor justo de investimento em ações de companhia aberta*

Conforme divulgado na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, o Fundo possuía, em 31 de março de 2023, R\$2.698 mil, equivalentes a 58,60% de seu patrimônio líquido, investidos em ações da Sul 116 Participações S.A. (“Companhia”), cuja mensuração a valor justo é determinado com base em laudo de avaliação elaborado por empresa terceira especializada independente, que utilizou o método do patrimônio líquido ajustado a preços de mercado, em função da referida Companhia ser uma empresa holding de empresas que não estão mais operacionais e os principais ativos dessas empresas investidas estarem relacionados a caixa e equivalentes de caixa e tributos a recuperar, sendo que a realização destes últimos dependem da homologação, pela Receita Federal do Brasil, dos pedidos de restituição realizados.

Em função da representatividade do saldo dessas ações em relação ao patrimônio líquido do Fundo, consideramos a sua valorização como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria aplicáveis à valorização das ações da Companhia incluíram, entre outros: (i) a revisão da metodologia, principais premissas e cálculos utilizados pela Administradora na mensuração do valor justo da Companhia; (ii) a leitura do laudo de avaliação elaborado por empresa terceira especializada independente e a verificação da concordância dos saldos considerados no referido laudo com aqueles registrados nas demonstrações financeiras da Companhia; (iii) a avaliação da competência da referida empresa terceira especializada independente com base nas informações disponíveis publicamente; (iv) a leitura das demonstrações financeiras auditadas mais recentes, assim como das informações trimestrais revisadas mais recentes da Companhia; (v) a revisão dos papéis de trabalho dos auditores independentes da Companhia referentes à auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e à revisão das informações trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023; (vi) a leitura das atas disponíveis no sítio eletrônico (website) da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que foram emitidas após o ITR de 31 de março de 2023 da Companhia, a fim de verificar se algum fato divulgado poderia afetar a valorização realizada pela Administradora do Fundo e (vii) a avaliação das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Com base nos procedimentos de auditoria supracitados e nos resultados obtidos, consideramos o valor do referido investimento aceitável no contexto das demonstrações financeiras do Fundo tomadas em conjunto.

## **Ênfases**

### *Liquidação do Fundo*

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 20 às demonstrações financeiras, o Fundo encontra-se em fase de desinvestimento e o prazo de duração do Fundo vem sendo prorrogado, anualmente, por períodos sucessivos de um ano. Em Assembleia Geral de Cotistas, realizada em 30 de julho de 2023, os Cotistas deliberaram a extensão de prazo para a efetivação do Plano de Liquidação do Fundo para viabilizar o plano de desinvestimento da companhia investida até 31 de julho de 2024. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### *Continuidade operacional da Sul 116 Participações S.A*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, o Fundo possuía, em 31 de março de 2023, R\$2.698 mil, equivalentes a 58,60% de seu patrimônio líquido, investidos em ações da Sul 116 Participações S.A. (“Companhia”), as quais foram avaliados ao valor justo em conformidade com os critérios divulgados na nota explicativa nº 5.1. Os auditores independentes da referida Companhia, emitiram relatório de auditoria sobre as suas demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sem ressalvas, mas com parágrafo de incerteza relevante relacionada a continuidade operacional, visto que a Companhia e sua controlada não possuem atividades operacionais, estando sua geração de caixa limitada, basicamente, às receitas financeiras provenientes de aplicações financeiras e ao ressarcimento de créditos tributários. A intenção da Administração é liquidar as empresas investidas e, posteriormente, proceder com a liquidação da Companhia. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da Companhia. Os outros auditores independentes emitiram relatórios sobre as revisões das informações trimestrais - ITR referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2023 e em 30 de junho de 2023, datados de 22 de maio de 2023 e de 15 de agosto de 2023, respectivamente, sem ressalvas, mas com parágrafo de incerteza relevante relacionada a continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## **Responsabilidades da Administradora do Fundo pelas demonstrações financeiras**

A Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações regulamentados pelas Instruções nº 578/16 e 579/16 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora é responsável, no contexto das prerrogativas previstas nas Instruções nº 578/16 e 579/16, pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administradora, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ



Roberto Paulo Kenedi  
Contador  
CRC nº 1RJ 081.401/O-5

**Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**

CNPJ: 01.909.558/0001-57

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

**Demonstrações das posições financeiras em 31 de março de 2023 e 2022**

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificações	Tipo	Quantidade	Valor justo em 31/03/2023		Quantidade	Valor justo em 31/03/2022		
				% s/PL			% s/PL	
<b>Ativo</b>								
<b>Circulante</b>								
<b>Disponibilidades</b>								
Banco Itaú S.A.			3	0,07		90	2,31	
<b>Cotas de fundo</b>								
Santander Renda Fixa Referenciado DI			4.143	89,98		3.825	98,20	
Títulos Públicos Premium FIC FI		108.880	3.746	81,36	124.788	3.795	97,43	
BNY Mellon ARX Over Fundo de Investimento Renda Fixa Curto Prazo		180.846	397	8,62	15.565	30	0,77	
<b>Não circulante</b>								
<b>Investimento em ações</b>								
Ações de companhia de capital aberto:			2.698	58,60		2.669	68,52	
Sul 116 Participações S.A.	ON	30.595.656.285	2.698	58,60	30.595.656.285	2.669	68,52	
Oi S.A. (*)	PN	-	-	-	1	-	-	
<b>Total do ativo</b>			<b>6.844</b>	<b>148,65</b>		<b>6.584</b>	<b>169,03</b>	
<b>Passivo</b>								
<b>Circulante</b>								
<b>Valores a pagar</b>								
Taxa de administração			12	0,26		2.689	69,03	
Amortização a pagar			9	0,20		7	0,18	
Auditoria e custódia			-	-		2.598	66,69	
Outros			1	0,02		84	2,16	
			2	0,04		-	-	
<b>Não Circulante</b>								
Amortização a pagar			2.228	48,39		-	-	
<b>Total do passivo</b>			<b>2.240</b>	<b>48,65</b>		<b>2.689</b>	<b>69,03</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>			<b>4.604</b>	<b>100,00</b>		<b>3.895</b>	<b>100,00</b>	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			<b>6.844</b>	<b>148,65</b>		<b>6.584</b>	<b>169,03</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(\*) Valores inferiores a R\$ 1.

# Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 01.909.558/0001-57

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Demonstrações do resultado do exercício

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto os valores das cotas)

Composição do resultado dos exercícios	31/03/2023	31/03/2022
<b>Investimento em ações</b>		
Ajuste a valor justo	<u>29</u>	<u>(163)</u>
<b>Cotas de fundo</b>		
Resultado com aplicações em cotas de fundos	<u>502</u>	<u>337</u>
<b>Receitas diversas</b>	<u>324</u>	<u>-</u>
Reembolso taxa cetip	312	-
Estorno taxa cetip	<u>12</u>	<u>-</u>
<b>Despesas</b>	<u>(146)</u>	<u>(362)</u>
Taxa de administração	(85)	(117)
Serviços contratados pelo Fundo	(21)	(19)
Auditoria e custódia	(23)	(206)
Publicações e correspondências	(1)	(2)
Taxa de fiscalização	(3)	(5)
Despesas diversas	(13)	(13)
<b>Resultados dos exercícios</b>	<u><u>709</u></u>	<u><u>(188)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 01.909.558/0001-57

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

*(Em milhares de Reais, exceto os valores das cotas)*

	31/03/2023	31/03/2022
<b>Resultado dos exercícios</b>	<u>709</u>	<u>(188)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<u><u>709</u></u>	<u><u>(188)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 01.909.558/0001-57

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

*(Em milhares de Reais, exceto os valores das cotas)*

	31/03/2023	31/03/2022
<b>Patrimônio líquido no início dos exercícios</b>		
728.975,90 cotas a R\$ 5,343472	3.895	-
728.975,90 cotas a R\$ 8,343992	-	6.083
<b>Amortizações de cotas</b>	-	(2.000)
<b>Patrimônio líquido antes do resultados dos exercícios</b>	3.895	4.083
<b>Resultado dos exercícios</b>	709	(188)
<b>Patrimônio líquido no final dos exercícios</b>		
728.975,90 cotas a R\$ 6,315422	4.604	-
728.975,90 cotas a R\$ 5,343472	-	3.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 01.909.558/0001-57

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto os valores das cotas)

	31/03/2023	31/03/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
(-) Pagamento da taxa de administração	(83)	(122)
(-) Pagamento de auditoria e custódia	(87)	(203)
(-) Pagamento de serviços contratados pelo Fundo	(21)	(19)
(+) Recebimento reembolso de taxa cetip	312	-
(-) Demais pagamentos/recebimentos	(22)	(19)
(+) Rendas com cotas de fundos de investimentos	502	337
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>601</b>	<b>(26)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
(-) Pagamento de amortização aos cotistas	(370)	(2.257)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(370)</b>	<b>(2.257)</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa</b>	<b>231</b>	<b>(2.283)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.915	6.198
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.146	3.915
<b>Varição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>231</b>	<b>(2.283)</b>
<b>Conciliação do resultado líquido com o fluxo de caixa</b>		
Resultado líquido do exercício	709	(188)
<b>Ajustes para reconciliação do resultado líquido com o fluxo de caixa</b>		
Taxa de administração	2	(5)
Atualização a valor justo	(29)	163
Outros valores a pagar	(81)	4
<b>Resultado ajustado dos exercícios</b>	<b>601</b>	<b>(26)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# INVESTIDORES INSTITUCIONAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

## 1 Contexto operacional

O Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo") foi constituído como um fundo de investimento em ações, sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas operações em 1º de abril de 1997. Em 11 de abril de 2008, foi deliberada a transformação do Fundo em um fundo de investimento em participações. O Fundo possuía, inicialmente, um prazo de duração de 8 anos contados da data da primeira subscrição de cotas, que poderia ser prorrogado, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral de Cotistas. O prazo de duração do Fundo vem sendo prorrogado, anualmente, por períodos sucessivos de um ano. Em Assembleia Geral de Cotista, realizada em 31 de julho de 2023, os cotistas deliberaram pela extensão de prazo de duração do Fundo até 31 de julho de 2024, de modo a permitir a continuidade da implementação do Plano de Liquidação da Investida e do Fundo, elaborado pela Angra Partners Gestão de Recursos Ltda ("Gestora") e aprovado pelos cotistas do Fundo, conforme divulgado na nota explicativa nº 20. Atualmente, o Fundo encontra-se em fase de desinvestimento, e a maior parte dos seus ativos já foram alienados.

O Fundo destina-se, especificamente, a receber investimentos de titularidade de investidores qualificados, nos termos do Artigo 12º da Resolução nº 30/21 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), ou qualquer outro investidor qualificado que venha ser admitido ou autorizado pela CVM. As cotas do Fundo são registradas para negociação em bolsa de valores mobiliários - B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão ("B3 S.A."). Durante o exercício findo em 31 de março de 2023, não houve negociação das cotas na B3 S.A.

O Fundo tem como objetivo proporcionar aos seus condôminos a valorização de suas cotas mediante uma política de investimento que observará as diretrizes abaixo discriminadas:

- (i) No mínimo 90% do patrimônio líquido do Fundo serão investidos em valores mobiliários de emissão primária, representados por ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, emitidos por companhias abertas brasileiras que tenham por objeto, preferencialmente, o setor de infraestrutura, sendo que, no mínimo, 67% deverá ser investido em ações;
- (ii) No máximo 25% do patrimônio líquido do Fundo poderão ser investidos, isolada ou cumulativamente, em:
  - Ações de emissão de companhias com registro na CVM;
  - Valores mobiliários cuja distribuição tenha sido objeto de registro na CVM;
  - Certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários, regulados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN ou pela CVM;
  - Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou Banco Central do Brasil;
  - Títulos de renda fixa de emissão de instituições financeiras;
  - Cotas de fundo de investimento e cotas de fundo de investimento em cotas de fundos de investimentos;
  - Operações envolvendo opções de compra de ações de companhias abertas adquiridas em mercado organizado de liquidação futura, nas quais o Fundo mantenha ou pretenda manter posição acionária, limitada às operações a 5% do patrimônio líquido do Fundo;

## INVESTIDORES INSTITUCIONAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

- Operações de empréstimo de ações da forma regulamentada pela CVM; e

- Operações compromissadas, de acordo com a regulamentação do CMN, limitadas a 5% do patrimônio líquido do Fundo.

O Fundo busca efetiva influência na definição das políticas estratégicas e na gestão da companhia investida, através dos seguintes mecanismos:

- (i) pela detenção de ações que integrem o bloco de controle;
- (ii) pela celebração de acordo de acionistas; ou
- (iii) pela celebração de qualquer contrato, acordo, negócio jurídico ou a adoção de outro procedimento que assegure o Fundo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

O Fundo tem, ainda, um Comitê Técnico, um Comitê de Investimento e um Comitê de Governança Corporativa com responsabilidades e poderes descritos conforme previsto no regulamento do Fundo.

Em atendimento ao artigo 4º da Instrução CVM nº 579/16, o Administrador do Fundo concluiu que o Fundo está classificado como Entidade de Investimento considerando que:

- (i) O desenvolvimento e gestão da carteira do Fundo é realizado por um gestor qualificado e possui discricionariedade na representação e tomada de decisão junto às entidades investidas. Os investimentos e desinvestimentos, por sua vez, são realizados após a aprovação do Comitê de Investimento que é composto por cotistas e membros da Gestora.
- (ii) O Fundo se compromete com os investidores com o objetivo de investir os recursos, unicamente, com o propósito de apreciação do capital investido;
- (iii) O Fundo avalia seus investimentos na companhia investida, anualmente, a valor justo de seus ativos e passivos realizada por empresa terceira especializada independente no, dado que a companhia investida é uma holding com investimentos em companhias não operacionais e em processo de liquidação organizada voluntária;
- (iv) As estratégias para o desinvestimento pelo Fundo na companhia investida são definidas pelo regimento do Comitê de Investimento do Fundo, que por sua vez está definido no regulamento do mesmo, ou seja, tais estratégias são objetivas e claras.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Administradora”), pela Gestora ou por nenhum mecanismo de seguro, ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Os cotistas do Fundo estão expostos à possibilidade de serem chamados a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido do Fundo se torne negativo.

## INVESTIDORES INSTITUCIONAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

### 2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações, regulamentadas pelas Instruções CVM nºs 578 e 579, de 30 de agosto de 2016, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento, a elaboração e a divulgação de informações dos fundos de investimento em participações, e as demais orientações e normas contábeis emanadas da CVM.

O Fundo possui investimentos na Sul 116 Participações S.A , porém em atendimento a Instrução CVM nº 579/16, os fundos de investimento em participações classificados ou não como entidade de investimento devem elaborar, exclusivamente, demonstrações financeiras individuais.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo, exceto para os ativos representativos das cotas de fundos de investimentos ICVM 555/14 conforme descrito na nota explicativa nº 3.

### 3 Descrição das principais práticas contábeis

#### a. Caixa e equivalente

Caixa:

##### (i) Disponibilidades

Incluem, exclusivamente, saldo em conta movimento depositado em instituições financeiras.

Equivalentes de caixa são aplicações de curto prazo, de alta liquidez, cujo vencimento de suas operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança no valor.

##### (ii) Cotas de fundo de investimento

As cotas de fundo de investimento são registradas ao custo de aquisição, ajustado diariamente pela variação no valor das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos de investimento. A valorização e/ou desvalorização das cotas de fundo de investimento estão apresentadas em “Resultado com aplicações em cotas de fundos”.

#### b. Fluxo de caixa

O Fundo utiliza o método direto para elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e as aplicações em cotas de fundos de investimentos com conversibilidade imediata.

#### c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional do Fundo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

## INVESTIDORES INSTITUCIONAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

### **d. Investimento em ações de companhias**

Para as ações com cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, são utilizadas as cotações referentes ao preço de fechamento do dia, conforme informado pela bolsa de valores ou mercado de balcão onde as ações são negociadas.

As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado são avaliadas pelo valor justo, determinado em laudo emitido por empresa terceira especializada independente.

A avaliação do valor justo das ações sem cotação em bolsa é feita de acordo com as normas contábeis expedidas pela CVM.

Nas operações de vendas de ações, as corretagens e emolumentos são registrados diretamente no resultado como despesa. Os ganhos ou perdas não realizados são reconhecidos em "ajuste a valor justo" e os lucros ou prejuízos apurados nas negociações são registrados na rubrica de "resultado nas negociações", quando aplicável.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como receita, quando aprovados.

#### ***Uso de estimativas e julgamentos - Mensuração do valor justo***

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administradora utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Fundo e os valores reportados do investimento em companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Desta forma, caso ocorra a efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados. Ao mensurar o valor justo, o Fundo utiliza as informações patrimoniais da companhia investida. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### ***Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas***

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre as premissas e incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis do investimento na companhia investida, em 31 de março de 2023, estão incluídas na nota explicativa nº 5.1.

### **e. Obrigações**

As obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

### **f. Receitas e despesas**

As receitas e as despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

## INVESTIDORES INSTITUCIONAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

Em 31 de março de 2023, foi registrado, no resultado do Fundo, uma receita, no montante de R\$ 324, sendo (i) R\$ 312 referente ao reembolso recebido da B3 S.A., que correspondem ao valor pago a maior no período de 31 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2022, atualizados pelo CDI; e (ii) R\$ 12 referente a estorno de provisão feita a maior. Tal fato ocorreu em função do cálculo da taxa ter sido realizado considerando um valor fora da faixa correspondentes ao patrimônio líquido real do Fundo.

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

#### a. Disponibilidades

Em 31 de março de 2023, o Fundo possui saldo de R\$ 3 (2021: R\$ 90) em conta corrente no Banco Itaú S.A.

#### b. Cotas de fundos de investimento

Em 31 de março de 2023, o Fundo possui R\$ 397 aplicados em cotas do BNY Mellon ARX Over Fundo de Investimento Renda Fixa Curto Prazo (2022: R\$ 30) e R\$ 3.746 aplicados em cotas do Santander Renda Fixa Referenciado DI Títulos Públicos Premium FIC FI (2022: R\$3.795).

#### ***BNY Mellon ARX Over Fundo de Investimento Renda Fixa Curto Prazo***

O fundo investido foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, tem por objetivo acompanhar a variação do CDI e possui investimentos em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos.

#### ***Santander Renda Fixa Referenciado DI Títulos Públicos Premium FIC FI***

O fundo investido foi constituído sob forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração e tem por objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI, por meio da aplicação de seus recursos, preponderantemente, em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento. O fundo investido possui investimento em cotas de um fundo de investimento de renda fixa, que por sua vez, investe, basicamente, em operações compromissadas e títulos públicos.

### 5 Investimentos em ações

Em 31 de março de 2023, a composição das ações de companhias, detidas pelo Fundo, estão demonstrados abaixo:

Investimento em ações	% de participação	Valor justo em 31/03/2022	Ajuste a valor justo	Valor justo em 31/03/2023
Sul 116 Participações S.A. (a)	36,60	2.669	29	2.698

#### (a) Sul 116 Participações S.A. (“Sul 116” ou “Companhia”)

A Sul 116 tem por objeto social financiar novos projetos mediante a participação no capital acionário das seguintes sociedades: (i) Futuretel S.A. (“Futuretel”) – Em Liquidação. Por meio de sua participação na Futuretel, a Sul 116 detém participação indireta no capital social de Newtel Participações S.A. (“Newtel”).

## INVESTIDORES INSTITUCIONAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

Em 15 de fevereiro de 2019, os acionistas da investida Futuretel e da investida indireta Newtel, deliberaram pela dissolução e liquidação das referidas companhias. A Futuretel possui participação e valores a receber do acervo líquido de Newtel, atualmente em fase de apuração de haveres e distribuição aos acionistas. Concluído o recebimento do acervo, Futuretel realizará a liquidação de seus haveres, cuja apuração foi realizada e é atualizada mensalmente pelo liquidante, para posterior conclusão de seu processo de liquidação pelo agente liquidante SCAL Serviços Paralegais e Assessoria Empresarial Ltda.. Em 8 de setembro de 2020, os acionistas da Newtel, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as contas da empresa conforme demonstrações financeiras finais, elaboradas pelo liquidante, na data base de 31 de maio de 2020. O acervo líquido a ser apurado após o pagamento de todo o passivo e despesas de liquidação será distribuído aos acionistas e o liquidante foi autorizado a proceder com a baixa das inscrições da Companhia e implementar a sua liquidação e extinção.

A Sul 116 possuía investimentos na Invitel Legacy S.A. ("Invitel"). Entretanto, em Assembleia Geral Extraordinária da Invitel, realizada em 1 de julho de 2020, foram deliberados (i) a aprovação da prestação final das contas da Invitel elaborado pelo seu Liquidante e (ii) o encerramento da liquidação da Invitel e sua consequente extinção. Por meio de Aviso aos Acionistas, na mesma data, foi informado a conclusão da totalidade dos pagamentos dos passivos e o término do período de liquidação da Invitel, não restando recursos remanescentes a serem distribuídos. A baixa do CNPJ da Invitel foi efetivada na sequência em 4 de agosto de 2020.

A Sul 116 também possuía investimentos na Zain Participações S/A. Entretanto, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 3 de abril de 2017, os acionistas representando, aproximadamente, 90% do capital social, aprovaram a dissolução e o início da liquidação da Zain. Posteriormente, em 14 de agosto de 2020, os acionistas da Zain, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as contas da empresa conforme demonstrações financeiras finais, elaboradas pelo liquidante, na data base de 31 de maio de 2020. Após a conclusão dos pagamentos dos passivos indicados nas demonstrações financeiras, o caixa remanescente foi utilizado para custear as despesas relacionadas a sua liquidação e o liquidante foi autorizado a proceder com a baixa das inscrições da empresa e implementar a sua liquidação e extinção, sendo efetivada a baixa do CNPJ da Zain na sequência em 17 de março de 2021.

A Sul 116 é uma companhia aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A Companhia e suas investidas não possuem atividades operacionais, estando sua geração de caixa limitada, basicamente, às receitas financeiras auferidas de suas aplicações e ressarcimento dos créditos tributários. Os acionistas da Companhia não possuem intenção de implementar projetos operacionais na Companhia. O atual plano é liquidar as investidas para liquidar, posteriormente, a Companhia.

Após a liquidação das companhias, conforme deliberado na Instrução Normativa Receita Federal do Brasil ("RFB") 1.717/2017, é possível a apresentação do pedido de restituição dos créditos tributários a receber diretamente pelos sócios das companhias extintas por liquidação voluntária.

Em 31 de março de 2023, o Fundo possui de 30.595.656.285 ações ordinárias da Sul 116, avaliadas pelo valor de R\$ 2.698 (2022: R\$ 2.669), sendo reconhecida, no exercício findo em 31 de março de 2023, um ganho por valorização a valor justo do investimento de R\$ 29.

## INVESTIDORES INSTITUCIONAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

As demonstrações financeiras da Sul 116, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, em 30 de março de 2023, sem modificação de opinião, mas com parágrafo de incerteza relevante relacionada à sua continuidade operacional. Outros auditores independentes emitiram relatórios sobre as revisões das informações trimestrais - ITR referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2023 e em 30 de junho de 2023, datados de 22 de maio de 2023 e de 15 de agosto de 2023, respectivamente, sem ressalvas, mas com parágrafo relacionado à incerteza relevante relacionada a continuidade operacional da Companhia.

A Companhia apresentou patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 7.373 (2021: R\$ 7.294), capital circulante líquido positivo de R\$ 265 (2021: R\$ 582) e lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 79 (2021: prejuízo de R\$ 444).

Adicionalmente, conforme ITR referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2023 e 30 de junho de 2023, a Companhia apresentou patrimônio líquido de R\$7.353 e R\$7.353, capital circulante líquido positivo de R\$159 e R\$ 65, respectivamente, e prejuízo de R\$21 no 1º trimestre e lucro de R\$ 1 no 2º trimestre.

### 5.1 Mensuração a valor justo companhias investida

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, o Fundo foi classificado como “Entidade de Investimento” e em virtude disso, em 31 de março de 2023, o seu investimento em ações de companhias de capital aberto, cujas ações não foram negociadas em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado no exercício findo em 31 de março de 2023, estão registrados pelo seu valor justo no montante total de R\$ 2.698 (2022: R\$ 2.669).

O valor justo da Sul 116 foi determinado a partir de um laudo de avaliação, datado de 31 de março de 2023, elaborado por uma empresa terceira especializada independente. Por tratar-se de uma holding com investimentos não operacionais, inclusive com ativos em liquidação, o valor justo da Sul 116 foi mensurado pelo método do patrimônio líquido ajustado a preços de mercado.

As principais premissas utilizadas estão descritas abaixo:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
<b>Modelo de precificação</b>	Valor justo mensurado pelo método do patrimônio líquido ajustado a preços de mercado	Valor justo mensurado pelo método do patrimônio líquido ajustado a preços de mercado
<b>Data-base</b>	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Principais premissas</b>	A Sul 116 e suas companhias investidas possuem, basicamente, caixas e equivalentes de caixa e saldos de IR e CSLL a serem restituídos junto a Receita Federal do Brasil. Os créditos possuem pedido de restituição e encontram-se em análise na Secretaria da Receita Federal do Brasil. O valor justo das companhias baseou-se no valor patrimonial contábil, dado que, na data avaliação, as empresas não eram operacionais.	A Sul 116 e suas companhias investidas possuem, basicamente, caixas e equivalentes de caixa e saldos de IR e CSLL a serem restituídos junto a Receita Federal do Brasil. Os créditos possuem pedido de restituição e encontram-se em análise na Secretaria da Receita Federal do Brasil. O valor justo das companhias baseou-se no valor patrimonial contábil, dado que, na data avaliação, as empresas não eram operacionais. Ao longo dos anos de 2020 e 2021, respectivamente, a Invitel Legacy S.A. e a Zain Participações S.A. foram liquidadas e, portanto, deixaram de fazer parte do escopo da avaliação da Sul 116.

## INVESTIDORES INSTITUCIONAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

O ajuste a valor justo positivo reconhecido no exercício sobre o investimento na Sul 116 foi no montante de R\$ 29 (2022: ajuste negativo de R\$ 163).

### 6 Instrumentos financeiros derivativos

É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto se, exclusivamente, para fins de proteção patrimonial.

O Fundo não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

### 7 Gerenciamento de riscos

#### a. Tipos de riscos

##### *Companhia investida*

O Fundo investe em companhias holdings, que participam do bloco de controle de sociedades concessionárias de serviço público. As ações que representam esses investimentos encontram-se gravadas no Acordo de Acionistas que garantem ao Fundo uma série de direitos, dentre eles o de participar no controle das sociedades. Nesses ativos, os riscos são administrados por meio do exercício dos poderes conferidos ao Fundo.

##### *Mercado e liquidez*

As condições econômicas nacionais e internacionais podem afetar o mercado resultando em alterações nas taxas de juros e câmbio, nos preços dos papéis e nos ativos em geral. Tais variações podem afetar o desempenho do Fundo. O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. A queda ou aumento nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

As aplicações do Fundo em ações sem cotação de mercado apresentam peculiaridades em relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimentos brasileiros, em razão das características de prazo e duração do mesmo. Caso o Fundo precise alienar parte dessas ações, o valor poderá ser reduzido devido à baixa liquidez, causando perdas ao Fundo.

#### b. Controles relacionados aos riscos

Os investimentos previstos para o Fundo, conforme o seu regulamento, seriam, predominantemente, em participações em ativos para os quais ou não existem preços públicos ou, mesmo existindo preços públicos, o Fundo não negociará ativa e frequentemente seus investimentos, de forma que medidas de risco de mercado, como VaR, *stress test*, simulação histórica etc., não são aplicáveis. A administração do risco dos investimentos, nesse caso, se dá por meio do monitoramento e participação na governança na empresa investida e suas subsidiárias.

Embora seja mantido sistema de gerenciamento de risco das aplicações do Fundo, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os cotistas.

## INVESTIDORES INSTITUCIONAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

### 8 Emissões, amortizações e resgates de cotas

#### Emissão

Novas distribuições de cotas dependerão de prévia deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

#### Amortização

Durante o período de liquidação ou tão logo efetivamente investido o total do compromisso de subscrição, a totalidade do produto da liquidação dos investimentos do Fundo deverá ser distribuída aos cotistas para amortização de cotas, mediante pagamento uniforme a todos os cotistas na proporção de suas cotas.

Não houve distribuição referente a amortização no exercício findo em 31 de março de 2023. Em 31 de março de 2022, o Fundo distribuiu o montante de R\$2.000.

Adicionalmente, as cotas do Fundo poderão ser objeto de cessão somente após o decurso do período de investimento ou tão logo efetivamente investido o total do compromisso de subscrição, conforme estipulado no instrumento particular de subscrição de cotas.

#### Resgate

Os resgates de cotas ocorrerão, exclusivamente, por ocasião da liquidação do Fundo.

### 9 Política de distribuição dos resultados

Os rendimentos são incorporados à posição dos cotistas diariamente. Durante o período de desinvestimento, mediante prévia orientação da Gestora e do Comitê de Investimentos, as quantias atribuídas ao Fundo a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, declarados em favor das ações de sua propriedade e que venham a ser distribuídos a qualquer tempo pelas companhias investidas, poderão ser distribuídas aos cotistas.

O Comitê de Investimentos está autorizado a deliberar no sentido de reter os dividendos, juros sobre capital próprio e os recursos oriundos de alienação de participação societária em sociedades investidas pelo prazo necessário à obtenção de recursos suficientes para fazer frente às contingências e custos de liquidação das companhias.

### 10 Custódia e gestão dos ativos

O serviço de custódia dos títulos da carteira do Fundo, assim como tesouraria, são prestados pelo Banco Itaú S.A.

As ações de companhia de capital aberto de mercado de balcão são escriturais e seu controle é mantido pelo Banco Itaú S.A.

As cotas dos fundos de investimento são escriturais e seu controle é mantido pelos seus respectivos administradores.

A gestão da carteira do Fundo compete à Angra Partners Gestão de Recursos Ltda. ("Gestora").

## INVESTIDORES INSTITUCIONAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

### 11 Remuneração da Administração

#### a. Taxa de administração

A taxa de administração é apropriada e paga mensalmente e calculada sobre o patrimônio líquido diário, à razão de 2% ao ano.

#### b. Taxa de performance

A Administradora do Fundo faz jus a uma taxa de performance equivalente a 20% do valores distribuídos pelo Fundo que excederem o capital investido pelos cotistas, corrigidos pela variação do IGP-M acrescido de 6% ao ano, desde a data da integralização das cotas até a data da distribuição ou liquidação do Fundo. Essa remuneração será paga, quando aplicável, proporcionalmente *pro rata temporis* em cada evento de distribuição de recursos aos cotistas ou liquidação do Fundo.

Não houve incidência de taxa de performance nos exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022.

### 12 Tributação

De acordo com a Lei nº 11.312/06 os rendimentos auferidos no resgate de cotas dos Fundos de Investimento em Participações, inclusive quando decorrentes da liquidação do Fundo, ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15% incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das cotas.

No caso de amortização de cotas, o imposto incidirá sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, sujeito ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15%. Da mesma forma, estão sujeitos à tributação do imposto de renda, utilizando-se à mesma alíquota, os rendimentos auferidos pelos cotistas quando da distribuição de valores pelo Fundo.

Os cotistas residentes ou domiciliados no exterior que detenham, isoladamente, ou em conjunto com partes ligadas conforme definido na referida lei, até 40% das cotas do Fundo, desde que não sediados em países que não tributem a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20%, estão sujeitos à alíquota de 0% na retenção do imposto de renda na fonte.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do imposto de renda na Fonte.

### 13 Encargos do Fundo

Os encargos debitados pelo Fundo e seus percentuais em relação ao patrimônio líquido médio são as seguintes:

	2023		2022	
	R\$(mil)	% sobre PL médio	R\$(mil)	% sobre PL médio
<b>Encargos debitados ao Fundo</b>				
Taxa de administração	(85)	(2,00)	(117)	(2,01)
Serviços contratados pelo Fundo	(21)	(0,49)	(19)	(0,33)
Publicações e correspondências	(1)	(0,02)	(2)	(0,03)
Auditoria e custódia	(23)	(0,54)	(206)	(3,54)

## INVESTIDORES INSTITUCIONAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2023		2022	
	R\$(mil)	% sobre PL médio	R\$(mil)	% sobre PL médio
<b>Encargos debitados ao Fundo</b>				
Taxa de fiscalização	(3)	(0,07)	(5)	(0,09)
Despesas diversas	(13)	(0,31)	(13)	(0,22)
	<b>(146)</b>	<b>(3,43)</b>	<b>(362)</b>	<b>(6,22)</b>

### 14 Rentabilidade do Fundo

O valor da cota teórica, o patrimônio líquido médio diário dos exercícios e a rentabilidade calculada com base na variação da cota teórica, comparada com a variação do IGP-M acrescida de 6% ao ano, foram os seguintes:

Exercícios findos em	Valor da cota	Valor da cota teórica	Patrimônio líquido médio	Rentabilidade pela variação da cota teórica (%)	Varição do IGPM+ 6% a.a (%)
31 de março de 2023	6,32	6,32 (*)	4.259	18,19	6,18
31 de março de 2022	5,34	8,09	5.827	(46,80)	21,66

(\*) Não houve amortização de cotas no exercício findo em 31 de março de 2023, portanto não há impacto no valor da cota teórica.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

### 15 Limites operacionais

Em 31 de março de 2023, o Fundo detém, aproximadamente, 58,60% dos seus recursos alocados em investimentos em companhias nas quais participa do processo decisório, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 5. De acordo com o capítulo II, artigo 11 da Instrução nº 578/16 da CVM, os fundos de investimento em participações devem manter, no mínimo, 90% dos recursos destinados em ações, bônus de subscrição, debêntures simples, outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, bem como títulos e valores mobiliários representativos de participação em sociedades limitadas, desde que exista efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão. Desta forma, o Fundo está operando em desacordo com seu regulamento, porém, como encontra-se em período de desinvestimentos e liquidação, o Fundo está dispensado de observar os limites de investimento. Tão logo o processo de liquidação seja concluído, o Fundo será encerrado.

### 16 Transação com partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022, o Fundo não efetuou transações com partes relacionadas com exceção da remuneração à Administradora e a Gestora, conforme divulgado na nota explicativa nº 11.

## INVESTIDORES INSTITUCIONAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

### 17 Demandas judiciais

Não há demandas judiciais conhecidas que envolvam diretamente o Fundo.

#### ***Potencial passivo ao Fundo advindo de indenizações previstas no SPA de alienação de Argolis:***

Em 25 de abril de 2008, a Telemar Participações S.A. (“Telemar”), adquiriu 100% das ações de Argolis Holding S.A. (“Argolis”), das quais o Fundo detinha participação cerca de 10,8%. Nesta data, foi firmado Contrato de Compra e Venda (“SPA”) entre os acionistas da Argolis e a Telemar que continha uma cláusula padrão de indenização por eventos anteriores à referida alienação, válida por 5 anos. A Telemar incorporou a Argolis.

Em 2012, a RFB instaurou o processo administrativo 124489.06921/2012-50 contra Telemar Participações S.A., sucessora de Argolis, em decorrência da não-homologação de pedido de compensação de créditos de IRPJ realizado por Argolis em 2003, portanto, em data anterior à alienação.

Em 17 de abril de 2012, a Telemar notificou os ex-acionistas de Argolis, nos termos do SPA, dando a oportunidade aos acionistas para contratação de assessoria jurídica para defesa no processo e notificando o eventual exercício da cláusula de indenização em caso de perda em última instância.

O processo era patrocinado pelo escritório Leoni Siqueira, Guerra & Doin Advogados, com o valor principal de R\$ 1.043, o qual atualizado até 25 de agosto de 2022 é de R\$ 2.447 e com prognóstico de êxito possível. Em maio de 2022, foi protocolada petição informando a renúncia do mandado do escritório Guerra e Doin Advogados, tendo em vista o encerramento do contrato que abarcava o processo administrativo.

Ressalta-se, portanto, de que não se trata de um processo judicial que envolva diretamente o Fundo, mas sim um potencial passivo do Fundo junto à Telemar, caso haja decisão desfavorável à Telemar no processo administrativo supracitado. Pelo SPA, o Fundo se obriga a indenizar 7% do valor de um eventual passivo, caso este se materialize.

#### ***Potencial passivo ao Fundo advindo de Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa envolvendo a Futuretel S.A.:***

Em 26 de abril de 2022, a Futuretel S.A. passou a ser ré, por sucessão empresarial, no processo de Ação civil pública por atos de improbidade administrativa proposta em 1999 pelo Ministério Público Federal em face de pessoas físicas e jurídicas, participantes do processo de privatização das empresas estatais de telefonia fixa que compunham o Sistema Telebrás. A ação, originariamente, foi proposta em face da Opportunity Mem S.A., dentre outros réus, a qual foi sucedida pela Mem Celular Participações S.A. e, por fim, pela Futuretel – Processo 0057783-15.1999.4.02.5101.

O Ministério Público Federal (“MPF”) requer ressarcimento do dano ao erário, mas não indicou valores, que deverão ser determinados em fase de liquidação após a sentença, caso Opportunity Mem (atual Futuretel S.A.) seja condenada. Com isso, a estimativa do valor de perda em relação à Futuretel é inestimável, pois os danos expostos na petição inicial do MPF não foram quantificados. O prognóstico de perda é possível, tendo em vista que a fase probatória do processo ainda está em curso, não tendo sido proferida qualquer decisão de mérito relevante. Com o fim da fase probatória, o processo aguarda a apresentação das alegações finais pelas partes. Posteriormente, não havendo novos pedidos, os autos serão conclusos para a prolação da sentença.

## INVESTIDORES INSTITUCIONAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

### 18 Informações adicionais

- a. Informamos que a Administradora, nos exercícios, não contratou serviços da Auditoria Independente relacionados ao Fundo, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.
- b. A política de divulgação de informações relativas ao Fundo inclui, entre outros, a divulgação do valor da cota e do patrimônio do Fundo, envio de extrato mensal a cotistas e a disponibilização a cotistas de informações diárias, mensais e anuais na sede da Administradora, assim como na página do administrador na rede mundial de computadores, por meio do sistema de envio de documentos disponível na página da CVM na Rede Mundial de Computadores e para a entidade administradora de mercado organizado onde as cotas estejam admitidas à negociação, nos casos pertinentes. Adicionalmente, a Administradora mantém serviço de atendimento a cotistas em suas dependências.

### 19 Alterações estatutárias

- a. Por meio de Instrumento de Rerratificação, celebrado em 28 de dezembro de 2022, considerando que, por erro material o inciso I do Artigo 2º do regulamento do Fundo, consta o percentual do patrimônio líquido do Fundo serão investidos em valores mobiliários de emissão primária equivocado, a Administradora resolve retificar o regulamento, de modo a ajustar o inciso I do Artigo 2º, para: (i) prever o investimento praticado pelo Fundo; e (ii) prever conforme determinado no Artigo 11 da Instrução CVM nº 578/16.
- b. Em Assembleia Geral de Cotistas, realizada em 20 de setembro de 2022, foi deliberada a aprovação das demonstrações financeiras do Fundo referente ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022 e o relatório dos auditores independentes.
- c. Em Assembleia Geral de Cotistas, realizada em 28 de julho de 2022, foi deliberada a extensão de prazo do Plano de Liquidação apresentado pela Gestora do Fundo, o qual prevê o prazo de duração indicado para a finalização até 31 de julho de 2023, com a manutenção dos registros das cotas em clearing pelo mesmo período.
- d. Em Assembleia Geral de Cotistas, realizada em 30 de setembro de 2021, foi deliberada a aprovação das demonstrações financeiras do Fundo referente ao exercício social encerrado em 31 de março de 2021 e o relatório dos auditores independentes.
- e. Em Assembleia Geral de Cotistas, realizada em 27 de julho de 2021, foi deliberada a extensão de prazo do Plano de Liquidação apresentado pela Gestora do Fundo, o qual prevê o prazo de duração indicado para a finalização até 30 de julho de 2022, com a manutenção dos registros das cotas em clearing pelo mesmo período.
- f. Em Assembleia Geral de Cotistas, realizada em 12 de abril de 2021, foi deliberada a aprovação para eleição dos membros para compor os Comitês Técnico, de Investimento e de Governança Corporativa do Fundo.

## INVESTIDORES INSTITUCIONAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

### 20 Eventos Subsequentes

- a. Em Assembleia Geral de Cotistas, realizada em 11 de abril de 2023, foram deliberadas: (i) a alteração da composição do Comitê de Investimento do Fundo, passando a ser composto por: seis membros, sendo três membros indicados pela Gestora, um dos quais será o presidente do Comitê; um membro indicado pelo quotista BNDESPAR; e dois membros indicados pelos quotistas do Fundo, reunidos em Assembleia Geral, sendo certo que cada membro indicado terá um suplente; e (ii) a eleição dos novos membros do Comitê.
- b. Em Assembleia Geral de Cotistas, realizada em 30 de julho de 2023, foi deliberada a extensão de prazo do Plano de Liquidação apresentado pela Gestora do Fundo, o qual prevê o prazo de duração indicado para a finalização até 31 de julho de 2024, com a manutenção dos registros das cotas em clearing pelo mesmo período.

### 21 Outros assuntos

A CVM publicou em 23 de dezembro de 2022, a Resolução CVM nº 175, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos, revogando dentre outras normas, a Instrução CVM nº 555/14. Esta nova Resolução tem como objetivo modernizar as regras aplicáveis aos fundos de investimento, apresentando novas possibilidades de investimentos para Fundos de Investimentos Financeiros e seu público investidor, tais como: (i) as possibilidades de investimento nos comumente denominados “ativos ambientais” e em criptoativos; (ii) a ampliação de limites de concentração por tipo de ativo financeiro; e (iii) o estabelecimento de limites de exposição ao risco de capital. Além disso, um dos pilares da reforma foram as inovações introduzidas no ordenamento jurídico pela Lei de Liberdade Econômica, tendo como destaques: (i) a possibilidade de limitação da responsabilidade de cada cotista ao valor das cotas subscritas; (ii) a possibilidade de os fundos contarem com classes de cotas com patrimônios segregados para cada classe; e (iii) a aplicação do instituto da insolvência civil aos fundos. A Resolução CVM nº 175 entraria em vigor em 3 de abril de 2023, sendo que alguns de seus dispositivos entrarão em vigor em datas posteriores, conforme especificado na nova Resolução. Em 28 de março de 2023, a CVM publicou a Resolução 181, prorrogando o início da vigência para 2 de outubro de 2023. Os Fundos de Investimentos Financeiros em funcionamento na data de início de vigência da norma terão prazo limite para adaptarem-se integralmente às disposições da referida Resolução até 31 de dezembro de 2024. Em 31 de maio de 2023, a CVM publicou a Resolução 184 com a inserção de diversos Anexos Normativos e ajustes pontuais à Resolução CVM nº 175. Como data inicial da vigência, foi sugerido 2 de outubro de 2023, mesma data em que a Resolução CVM 175 entrará em vigor. Os impactos da nova regulamentação sobre o Fundo estão em avaliação pela Administradora.

\* \* \*

Marcus Alexandre de Souza Moraes  
Diretor

Márcio Mota de O. Azevedo  
Contador  
CRC RJ-071838/O-0